

Um homem  
e seu lugar  
Exemplo de cidadania



*Um homem e  
seu lugar*  
EXEMPLO DE CIDADANIA

MIRIAM KÊNIA DE CARVALHO



# Sumário

PREFÁCIO.....	6
INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I - O OLHAR DA CIDADANIA .....	14
CAPÍTULO II - A RESISTÊNCIA ALEGRE.....	32
CAPÍTULO III - O MARCO DO MOVIMENTO .....	50
CAPÍTULO IV - CULTURA: UM ATO DE CIDADANIA.....	64
CAPÍTULO V - SEM ACORDO: A RESISTÊNCIA NÃO SE ABALA .....	80
REFERÊNCIAS .....	100

## EXPEDIENTE DO LIVRO

**Pesquisa, Edição e Redação:** Miriam Kênia de Carvalho

**Produção:** Laudiene de Figueiredo Alcântara

**Fotografias, Produção e Edição de Imagens:** Márcia Helena Lopes Gazolla

**Projeto Gráfico:** 22 Graus Comunicação e Marketing

**Curadoria:** Compreender Consultoria em Responsabilidade Social

**Direção Administrativo-financeira:** Lais Alamy Botelho

**Revisão:** Denise Werneck

## EXPEDIENTE DO PROJETO

**Coordenação Técnica:** Mônica Botelho Maldonado

**Gestão do Contrato:** Lais Alamy Botelho

**Assessoria Institucional:** Laudiene de Figueiredo Alcântara

**Consultoria Técnica:** Karla Roque Miranda Pires

**Jornalista:** Miriam Kênia de Carvalho

**Fotógrafa:** Márcia Helena Lopes Gazolla

É autorizada a reprodução deste material,  
desde que citada a fonte.

Realização:



Projeto executado em parceria com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), por meio da plataforma Semente, com recursos de medida compensatória ambiental.

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C331h Carvalho, Miriam Kênia de.  
Um homem e seu lugar: exemplo de cidadania / Miriam Kênia de Carvalho. – Belo Horizonte, MG: Compreender, 2023.  
100 p.

ISBN 978-65-5872-446-9

1. Dom Joaquim (MG) – História. 2. Patrimônio cultural – Preservação. I. Título.

CDD 981.51

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

# Prefácio

Conheci Dom Joaquim por acaso, mas logo me encantei com o local. Foi só de passagem, mas a atmosfera da cidade era de tanta tranquilidade que contagiava. E agora recebo este presente de poder prefaciá-lo dedicado às ações do patrimônio cultural na cidade.

O patrimônio cultural é um valor que existe em qualquer comunidade e que até pode ser reconhecido pelas instâncias de governo através de leis e decretos, mas, hoje, já temos consolidado o entendimento de que tudo depende do reconhecimento que a sociedade tem daqueles bens culturais que trazem significado a cada um dos moradores do local. São referências culturais para a comunidade. Não são decretos ou atos administrativos que levam à preservação e, sim, o olhar atento da população, destacando aquilo que mais a representa, que mais traz significado simbólico do lugar, seja uma construção, seja uma festa, seja uma arte.

Quando falamos de patrimônio cultural falamos de luta e é isso que testemunhamos nas próximas páginas desta publicação. Luta difícil, longa, mas que, no final, é vitoriosa e, mais ainda, deixa um lastro de consciência e cooperação

na comunidade. Aqui, será relatada persistente batalha empreendida em prol da integridade do patrimônio cultural. O que a obra nos apresenta, em síntese, é a importância do olhar, de conseguir ter “olhos para ver”. E a possibilidade de harmonizar desenvolvimento com preservação. Acredito que sempre teremos um caminho para o entendimento, estabelecendo um equilíbrio entre os interesses. Mas, nesta busca, todos temos que ceder um pouco.

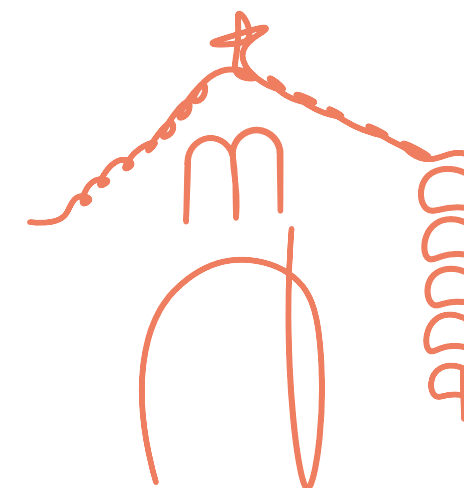
E o que nos transmite o relato? A importância de colocar para as ações de desenvolvimento a variável do reconhecimento das referências culturais da comunidade que, às vezes, estão tão presentes que nem as destacamos no cotidiano, somente quando são ameaçadas. E a importância da participação constante e vigilante de toda a comunidade.

“A própria comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio”<sup>1</sup>, já nos ensinava Aloísio Magalhães<sup>2</sup>.



Célia Maria Corsino

Museóloga e Coordenadora Geral do Museu de Ciências da Terra (MCTer/RJ). Serviço Geológico do Brasil/Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - SGB/CPRM



1 - FREITAS, 1997, p. 92.

2 - Aloísio Barbosa Magalhães (Recife/PE, 1927-1982). Precursor do Design Gráfico no Brasil.

# Introdução

À primeira vista, a história relatada nas próximas páginas até parece se limitar a um fato pitoresco. Um senhor, com fortes vínculos com sua terra natal, resolve lutar contra duas gigantes multinacionais de telefonia celular para defender o patrimônio histórico-cultural e paisagístico da sua pequena cidade no interior de Minas. Mesmo com essa delimitação, o fato já poderia ser classificado como uma grande façanha.

Acontece, todavia, que os eventos que envolvem essa batalha, protagonizada por Seu Domingos Xavier, superam as expectativas iniciais do leitor. Vão muito além. Trazem à tona dimensões complexas do poder das grandes corporações e, em contrapartida, a força da resistência de uma comunidade mobilizada e bem articulada em prol da defesa dos seus direitos.

Foi mais de uma década de luta, desde o começo da articulação para a retirada das antenas que nublavam a tradicional Capela do Padre Bento, no Morro da Palha, na pequena Dom Joaquim. O local, cartão-postal da cidade, foi

agredido pela instalação de duas torres metálicas das operadoras de telefonia celular. Os moradores ficaram indignados com a perda da tradicional cena da igreja, no morro, que faz parte da história da cidade desde a sua fundação até os dias atuais, com festas religiosas tradicionais, encontros dos jovens, brincadeiras das crianças e muitas rezas. As antenas atropelaram a tradição.

A chegada da tecnologia era desejada pela comunidade; isso era inquestionável. O pedido da população era simples. Queriam, apenas, que as antenas fossem realocadas para qualquer um dos outros locais disponíveis na região, sem comprometimento da qualidade dos serviços prestados.

A demanda pela preservação do patrimônio, durante anos, foi ignorada pelas empresas, que respondiam à comunidade em tom de desprezo. A população não se intimidou. Fortaleceu-se, uniu-se, buscou que os representantes das esferas política e jurídica atuassem em defesa dos seus direitos quanto à preservação do patrimônio cultural de Dom Joaquim. Foram 12 anos sem fraquejar, sem desistir.

Conseguiram. As antenas foram retiradas. A Capela do Padre Bento voltou a ocupar o lugar de destaque na cidade.

O movimento em defesa do patrimônio histórico, cultural e paisagístico de Dom Joaquim se revela na trajetória da luta de Seu Domingos e dos moradores da cidade, aprendizado e inspiração para os cidadãos defenderem seus direitos e demandas. Mostra, ainda, a relevância que o patrimônio cultural tem para a formação da cidadania, pertencimento coletivo e para a preservação das cidades. E, por último, mas não menos importante, deixa claro que desenvolvimento e preservação podem andar juntos.

Este livro compõe o conjunto de materiais – livro e cartilha – resultantes da pesquisa realizada. Trata-se de uma iniciativa do Ministério Público, por meio da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais, no sentido de registrar a luta empreendida ao longo de mais de uma década, cujo legado se materializa, agora, em formato de literatura.

Boa leitura!!!!



*“O patrimônio cultural de um povo lhe confere identidade e orientação, pressupostos básicos para que se reconheça como comunidade, inspirando valores ligados à pátria, à ética e à solidariedade, e estimulante para o exercício da cidadania, através de um profundo senso de lugar e de continuidade histórica” (IEPHA, 2007).*





# O olhar da cidadania

Era o marco da sonhada volta para casa. Em 2008, naquela manhã de outono, o aposentado Domingos Francisco Xavier, na época com os seus 73 anos, pegou a estrada, mais animado do que de costume. Partiu rumo à terra natal, a sua querida Dom Joaquim. O trajeto, cerca de 200 km de distância da capital mineira, Belo Horizonte, mesmo com o nevoeiro típico que cobre a Serra do Espinhaço nessa estação do ano, era bem familiar. Apesar de morar há décadas

em Belo Horizonte, Seu Domingos, como é conhecido pelos amigos, parentes, vizinhos e moradores, fazia e faz questão de cultivar seus vínculos e afetos, com visitas frequentes a Dom Joaquim. “Demorei 25 anos para conseguir voltar pela primeira vez; depois, não parei mais. Gosto de apreciar as belezas, me sentir em casa e rever os amigos”.

A peculiar Dom Joaquim, com os seus 4,5 mil habitantes, faz parte do Circuito Turístico Parque Nacional da Serra do Cipó. A cidade resguarda a Área de Preservação Ambiental Gameleira, com cachoeiras, trilhas e o espaço de lazer na Barragem Recanto da Represa. Contudo, dentre os seus atrativos, a Capela do Padre Bento, no Morro da Palha, é o principal destaque. Sua localização privilegiada possibilita que a Capela seja avistada de todos os cantos da cidade, o que lhe garante o

título de cartão-postal de Dom Joaquim. A composição da paisagem da Capelinha no topo do Morro da Palha, cena tipicamente mineira, ganhou fama e afeição. Virou símbolo de Dom Joaquim, estampada nas logomarcas dos produtos artesanais, passando pelos marcos turísticos, e está presente até mesmo na identificação dos serviços municipais. Ou seja, a vista é a “identidade” da cidade.

O local também é um mirante espetacular, onde é possível apreciar toda a cidade abraçada, no seu entorno, pela imponente Serra do Espinhaço. Com essa vista singular, esse espaço coleciona muitas histórias entre os moradores “das antigas”. Boas lembranças das brincadeiras de infância, dos círculos de amizade, dos encontros de família, dos amores, das rodas de violão, dos festejos e de muita fé. E permanece como ponto de encontro





para as crianças soltarem papagaio, para rodas de conversa dos jovens, para os piqueniques familiares e, por último, para os tradicionais festejos religiosos.

Apesar da emoção recorrente diante da perspectiva dos reencontros, na cidade, essa visita, no ano de 2008, era bem diferente para Seu Domingos. Ele, que nasceu, como define, em “uma casa modesta levantada pelo meu pai em terras alheias”, iria agora escrever mais um capítulo da história ancestral da sua família em Dom Joaquim. Seu progenitor, João Bento, um “preto forte”, construiu a casinha da família nas terras da fazenda que pertencia à Dona Zica, onde trabalhou por toda a sua vida.

Porém, quando Domingos Xavier tinha apenas seis anos de idade, em 1942, após a morte de seu pai, a dona da fazenda exigiu que toda a família deixasse a casa e saísse da fazenda. Apesar do luto e das dificuldades financeiras, Seu Domingos, após a mudança, passou um tempo feliz, com uma vida boa, graças à garra de sua mãe, Sebastiana, a Dona Tiana. Conseguiram se mudar para uma casinha de pau a pique na área urbana da cidade, conhecida como Rua do Cruzeiro. Ali, ele se divertia muito com os amigos e vizinhos. “O clima era de uma grande família festeira”, lembra ele, com saudades. Aproveitavam os festejos tradicionais da cidade, como a Coroação de Nossa Senhora, a fogueira junina e outros tantos. As celebrações em Dom Joaquim eram – e ainda são



Arquivo pessoal / Domingos Xavier



Arquivo pessoal / Domingos Xavier

Memórias: a casa de pau a pique, na Rua do Cruzeiro

Lugar de afeto: a fazenda onde a família de Seu Domingos se constituiu e viveu até 1942



Arquivo pessoal / Domingos Xavier

– permeadas pelos atos de fé, que se mesclam aos costumes de vários povos tradicionais, originais da região do Espinhaço, como os quilombolas.

Mesmo com pouca idade, caçula de sete irmãos, Seu Domingos cuidava do gado, das roças e vendia pirulitos na Praça da Matriz. Nessa época, o Cônego Bento Ribeiro da Costa, o Padre Bento, sempre tinha uma palavra de conforto, conselho e estímulo para a família seguir em frente. Os tempos estavam difíceis. Mas eles tinham fé e alegria.

Alguns anos depois, Dona Tiana reuniu os filhos e anunciou a decisão de partir com a família para a capital. “A gente não quer, mas acaba saindo para uma cidade maior, buscando melhores oportunidades na vida, continuar os estudos, não ter só um trabalho, mas uma carteira assinada e tudo mais. É um exílio voluntário afetivo: a gente sai chorando, mas com a esperança de prosperar”, recorda-se, emocionado.

E deu certo. Foi assim, próspero, que Seu Domingos retornou a Dom Joaquim, em 2008. Tinha, agora, a missão de construir a sua própria casa para passar longas

temporadas na cidade. Junto à amada companheira, Dona Marleide, sabiam bem o que queriam. Uma residência ampla e agradável, com quartos para sete filhos, 14 netos e quatro bisnetos, um jardim na entrada e aquele espaço aconchegante para prosas e cantorias ao redor do fogão a lenha, na parte dos fundos. E não podia faltar uma churrasqueira para os encontros com os conterrâneos.

A prosperidade de Seu Domingos não se limitava a recursos materiais, que lhe possibilitaram, enfim, ter a sua própria residência em sua cidade natal. Ele trazia outras riquezas na bagagem. Além, é claro, das marcas do passado. Apesar de sua família ter trabalhado muito duro, tiveram que enfrentar esses entraves. Primeiro, a saída forçada da fazenda após a morte do pai. Depois, em função das dificuldades de gerar renda para o sustento, em Dom Joaquim, precisaram partir para a cidade grande na década de 1940. “Meu irmão mais velho alertou minha mãe, na época: ‘se continuar aqui, vão todos virar escravos’”, conta.

De fato, Seu Domingos retornou próspero de valores e conhecimentos. Sabia bem a força da cidadania para transformar realidades. Sabia a importância da luta para garantir direitos. Sabia a potência da história, cultura e patrimônio para a formação do sujeito. E mais: sabia o poder de uma comunidade mobilizada em prol do bem comum. Em Belo Horizonte, ele teve vários trabalhos, de sapateiro a auxiliar de limpeza. Até que, na década de 1960, entrou para o quadro de funcionários do que se tornaria o Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge), e lá trilhou uma sólida carreira, tornando-se gerente até se aposentar. Ao longo de toda a sua jornada, participou efetivamente das lideranças comunitárias por onde passou, principalmente na região do Barreiro, o que lhe possibilitou acumular muitas vivências sobre direitos e deveres do cidadão.

Ao chegar a Dom Joaquim, em 2008, envolveu-se com a obra da casa. Em meio à administração dos serviços, Seu Domingos parou para apreciar sua cidade. Dirigiu seu olhar para o alto, para a saudosa Capela do Padre Bento. Espanto, assombro. Percebeu que a cena mais bonita da cidade estava completamente poluída. O que aconteceu com aquela paisagem encantadora da Capela no morro? O que fizeram com o principal marco da cidade? A paisagem estava descaracterizada.



Dirigiu o olhar novamente em sua direção para tentar entender. Foram instaladas duas antenas gigantes de operadoras de celular junto à Capela. As soberbas estruturas metálicas viraram as protagonistas da cena, obscurecendo a Capelinha do Padre Bento e poluindo a paisagem natural que resguardava os símbolos de fé, cultura e do meio ambiente da cidade.

Seu Domingos foi até lá. Não era mais um mirante no conhecido Morro da Palha de Dom Joaquim. O local se assemelhava mais a uma área industrial, com as gigantescas torres cercando a Capelinha. A sagrada Capela do Padre Bento, encurralada pelas antenas, havia encolhido e perdido o potencial histórico: desconectou-se da cultura local. “Era uma tristeza misturada com indignação. Mas, me recordei que, no meu papel de cidadão, precisava de explicações. Tinha o dever de entender o que aconteceu.” E, assim, o fez.



## O olhar perdido

Encantadas com a promessa do avanço tecnológico com a chegada da telefonia celular, míopes pela correria do dia a dia, sem oportunidade para questionar, as pessoas que cruzavam o caminho de Seu Domingos não sabiam explicar como as antenas foram parar ao lado da Capela do Padre Bento. Tinham um olhar quase perdido para o morro.

Algumas, não poucas, espantavam-se quando ele apontava e perguntava: “Veja, sabe me explicar o que aconteceu com a Capela?” “Nossa! Que coisa feia que fizeram, não tinha reparado bem”.

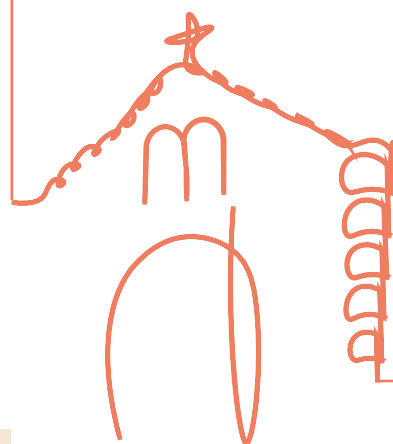
Uma coisa era certa. De maneira unânime, quando atentaram para as antenas, ninguém gostava do que via no Morro da Palha. E refletiam: “Precisava mesmo ser assim? Não tinha nenhum outro lugar para instalar as antenas?”. Todos, claro, estavam satisfeitos com a chegada da telefonia celular. O desenvolvimento, porém, não precisava ser incompatível com a cultura e as belezas de Dom Joaquim. Deveria acrescentar valor e, não, destruir o patrimônio.



Com os seus 67 anos, todos vividos em Dom Joaquim, a professora aposentada Dirlene do Porto Ribeiro Teixeira lembra-se bem de quando olhou para o Morro da Palha após o questionamento do Seu Domingos

**“Nossa, que susto! Pela primeira vez, vi, realmente, a cena que as antenas criaram. Acabaram com a nossa paisagem”. E concluiu: “Tenho a impressão de que a gente é ‘bobinha’, vamos aceitando as coisas que não nos agradam sem questionar. Só aceitamos, caladas. Mas bastou o Seu Domingos chamar a atenção para o fato para a gente resgatar a nossa cidadania. A cidade toda se mobilizou para tirar as antenas dos arredores da Capela. Aquele lugar é muito lindo e importante para a gente.”**

DIRLENE DO PORTO RIBEIRO TEIXEIRA



A aposentada Alice Aparecida Gonçalves da Costa, de 87 anos, adorava os festejos em torno da Capela do Padre Bento. Está torcendo para a retomada dos eventos, em breve (os eventos foram suspensos em função da pandemia causada pela COVID-19)

**“Agora, precisamos comemorar que não temos mais aquelas antenas por lá. Elas tomavam conta do morro todo, aquilo não tinha o menor cabimento. Ainda bem que saíram de lá.”**

ALICE APARECIDA GONÇALVES DA COSTA

**“Seu Domingos nos chamou a atenção para o estrago que fizeram no nosso ponto turístico e nosso patrimônio histórico.”**

WANDER TEIXEIRA MADUREIRA, DA RÁDIO FOLHETA

# O olhar da luta

Na busca por informações, Seu Domingos soube, por intermédio do então Vereador Geraldo Adilson Gonçalves, o Dilsinho, que as torres pertenciam às operadoras de telefonia celular Claro e Telemar (atual Oi). Dilsinho o alertou sobre um descompasso referente à localização autorizada pela prefeitura e a que realmente foi utilizada para a instalação das antenas. A informação foi o gatilho para Seu Domingos “ir à luta”. E, assim, as conversas e a articulação da comunidade de Dom Joaquim tiveram início.

As antenas tinham que ser instaladas justamente naquele morro que abraça a cidade e ao lado da “querida” Capela do Padre Bento? Todos apoiavam o avanço tecnológico, com a melhoria do serviço de telefonia celular na cidade. A questão era outra. A estrutura metálica precisava mesmo estar naquele espaço tão específico? Precisava mesmo acabar com o cartão-postal de Dom Joaquim? Precisava comprometer o patrimônio histórico, cultural e religioso tão valioso para a comunidade?



Ricardo Barbosa/ALMG

Assim, com esses questionamentos, Seu Domingos conscientizou-se de que o marco da conquista de sua casa em Dom Joaquim, em 2008, tinha um sentido bem mais amplo do que imaginava. Representava a missão de resgatar o sentimento de pertencimento de um povo, da preservação do patrimônio histórico e cultural. A sua indignação foi transformada em uma missão coletiva de resistência, de valorização dos bens históricos e culturais. Ali começava um movimento de cidadania – aparentemente inusitado e, à primeira vista, talvez considerado de baixa relevância, diante do poder econômico das grandes corporações de telefonia celular. Em um completo paradoxo, a reação da comunidade, na realidade, resultou em um poderoso ato de resistência que durou 12 anos e resgatou a valorização da cultura e do patrimônio da comunidade dom-joaquinense. Serviu de referência para outros atos de mobilização popular. Inspirou e ensinou. Afinal, essa é a história de uma Capela que tem vários significados.

No retorno para Belo Horizonte, depois de várias tentativas de contato com a operadora Claro, Seu Domingos foi diretamente ao escritório da companhia. Conseguiu falar com os engenheiros responsáveis pela obra. Contou a eles que a comunidade não estava satisfeita com as antenas no entorno da Capela do Padre Bento, descaracterizando a paisagem. Eles não deram importância. Mas Seu Domingos avisou: “Vou lutar para tirar aquelas antenas de lá. E vou conseguir. Não se pode fazer isso com o patrimônio de uma cidade”.

Degradação: o cenário histórico comprometido pelas antenas





*“Todas as vezes que as pessoas se reúnem para construir e dividir conhecimentos, investigar para conhecer melhor, entender e transformar a realidade que as cerca, estão realizando uma ação educativa. Quando tudo isso é feito levando em conta algo relativo ao patrimônio cultural, então se trata de Educação Patrimonial” (IPHAN).*



# A resistência *alegre*

Animado e confiante, Domingos Xavier deu largada ao movimento “Retirada das Antenas”. O objetivo era conseguir a realocação das antenas que estavam junto à Capela do Padre Bento, no Morro da Palha, ponto histórico e cultural da comunidade, local de manifestações religiosas e de lazer. “A presença daquelas estruturas ao lado da Capela era uma afronta das empresas multinacionais à identidade do nosso povo”, descreve Seu Domingos. Afinal, aquela paisagem composta pela Capela era o cartão-postal da cidade.



## A TELEFONIA CELULAR ERA MUITO BEM-VINDA

A chegada dos telefones celulares na região era parte do “Programa Minas Comunica”, uma parceria público-privada (PPP) para fomentar os investimentos das operadoras de celular no estado.

No processo de licitação, em 2007, a Claro foi a vencedora do lote 3, que contemplava 127 municípios, incluindo Dom Joaquim. Os serviços da empresa foram concluídos em 2008, conforme determinava o edital. Não faltavam opções de locais para as operadoras instalarem as antenas sem comprometer a paisagem. A geografia da cidade, com elevações, favorece, entre outros critérios técnicos, a amplitude do sinal do celular.

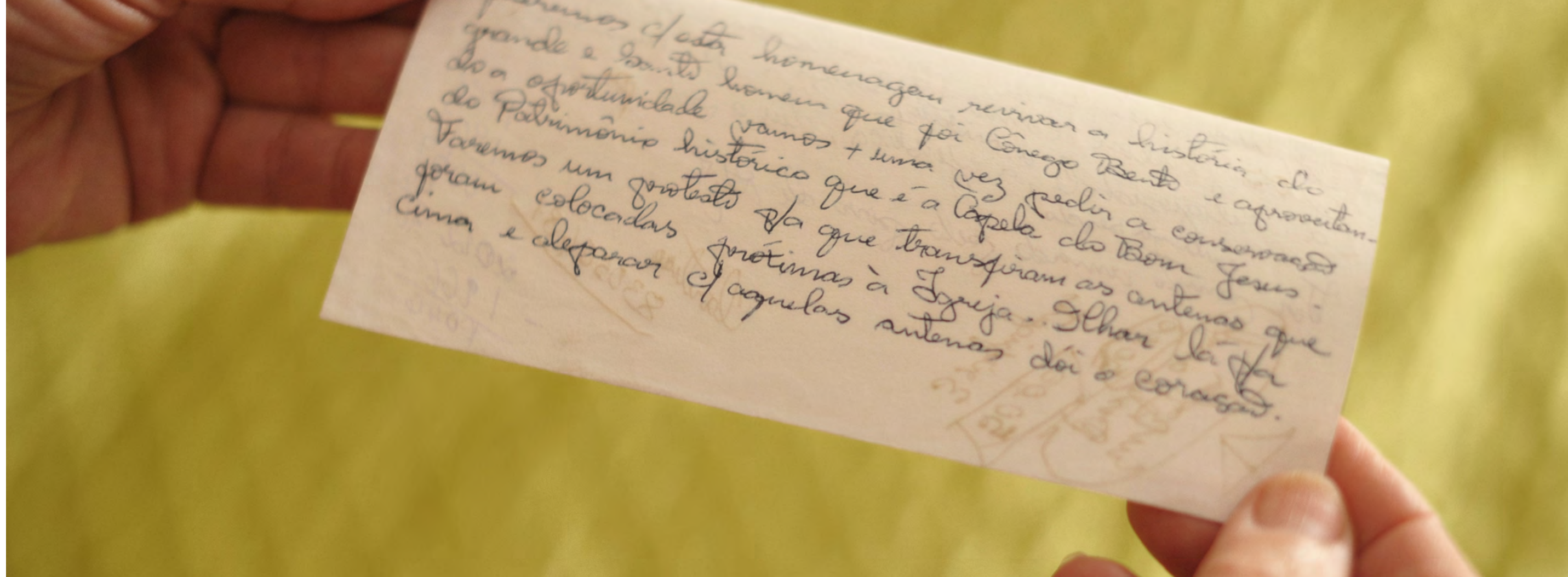
Havia expectativa e até mesmo uma torcida. Mas a chegada da telefonia celular não precisava, reforça Seu Domingos, “ser incompatível com a cultura do lugar”. O avanço tecnológico deveria vir para agregar e, não, nublar a história de Dom Joaquim.

**“Eu tinha informação de que aquele não era originalmente o local autorizado pela prefeitura para a instalação da antena. A área determinada pelo poder municipal, segundo os documentos, era próxima. Uma região conhecida como ‘Morro da Copasa’.”**

DOMINGOS XAVIER

A primeira ação de Seu Domingos foi percorrer os cartórios de registro de imóveis da região. “Eu tinha informação de que aquele não era originalmente o local autorizado pela prefeitura para a instalação da antena. A área determinada pelo poder municipal, segundo os documentos, era próxima. Uma região conhecida como ‘Morro da Copasa’”, esclarece Xavier. Com o documento em mãos, ele teve a confirmação de que o processo para a instalação de fato gerava vários questionamentos e muitas dúvidas sobre o terreno licenciado. “Era preciso abrir uma estrada de acesso para chegar ao topo do local devidamente autorizado e doado pela prefeitura, o ‘Morro da Copasa’. Já no Morro da Palha, onde as antenas foram instaladas, não havia dificuldade, a rua estava pronta”, explica. Parece que as empreiteiras que fizeram as obras para a instalação das gigantes metálicas optaram pela alternativa mais fácil para elas, sem considerar o impacto na vida da cidade.





“Esse documento me deu um impulso para ativar ainda mais o movimento da luta para a realocação”, afirma Xavier. Decidido, estudou todos os imbrólios que envolviam a liberação para a instalação das antenas e partiu para o diálogo com a comunidade. Rapidamente, teve certeza de que os moradores, em sua grande maioria, não queriam as antenas naquele lugar tão valioso para todos os dom-joaquinenses. A comunidade manifestou o desejo pela realocação das antenas para uma área que não compromettesse a paisagem emblemática da cidade, o principal símbolo de Dom Joaquim.

Em seguida, Seu Domingos registrou essa vontade da população em um documento abaixo-assinado. “Eu percorri os órgãos do poder municipal, os comércios, os bares, as casas, os sítios e até as fazendas para ouvir a opinião de todos e recolher as assinaturas”, diz Seu Domingos, emocionado pela lembrança do início da mobilização popular, que ele articulou com muita sabedoria. O interesse na retirada das antenas era coletivo. E todos se sentiam muito felizes diante da possibilidade de lutar pela remoção.

Em sua articulação, Seu Domingos usou vários instrumentos e canais democráticos para exercer a cidadania e reivindicar os interesses da comunidade de sua cidade. O primeiro deles foi a obtenção de informações e documentos. Depois, fez o abaixo-assinado. E, assim, seguiu. Recorreu à imprensa. Mandou uma carta à redação do tradicional jornal *Estado de Minas*, o mais relevante à época. Com o título *Antenas de celular empanam cartão-postal*, sua reivindicação para que a Claro transferisse a antena ganhou as páginas do diário. Essa foi a primeira citação do caso na imprensa. Ao longo da luta, o movimento teve ampla cobertura da mídia, conforme se verá adiante.

**“Ele não deixava a gente se intimidar ou desistir. Era uma determinação constante.”**

EX-PREFEITO DE DOM JOAQUIM ROMANI THOMAZ FROIS

**“O Seu Domingos conduzia ações bem engajadoras e animadas. Despertava muita força e confiança nas pessoas. O clima da luta era de alegria. Não tinha atrito com ninguém.”**

PROFESSOR BENONI DE ASSIS



## DOM JOAQUIM Morador defende retirada de antenas

Domingos Xavier  
Dom Joaquim – MG

“Desde de 21 de setembro de 2010, há um processo na Comarca de Conceição de Mato Dentro sobre a retirada de antenas das operadoras Claro e Oi Telemar das proximidades da histórica Capela do Padre Bento na cidade de Dom Joaquim, Vale do Rio Doce. Essa ação é defendida pelos cidadãos para proteger o patrimônio cultural e histórico da cidade e de Minas. Apesar de o movimento ter a

participação da Assembleia Legislativa, da prefeitura e do governo do estado, as constantes mudanças de promotores na comarca vêm ocasionando prejuízo e atraso ao andamento do processo. Até quando vamos conviver com esse desrespeito à história de nossa cidade?”

Seu Domingos também contou com o forte apoio da imprensa local. Pediu a participação da *Rádio Folheta*, emissora comunitária de Dom Joaquim, para noticiar o andamento do movimento. Deu certo. A rádio rapidamente aderiu à causa e partiu para a luta.

**“Temos que acreditar e acionar os políticos que nos representam. Se só reclamamos e ficamos quietos, nada acontece. Usei todos os canais que tinha para manifestar os interesses da nossa cidade.”**

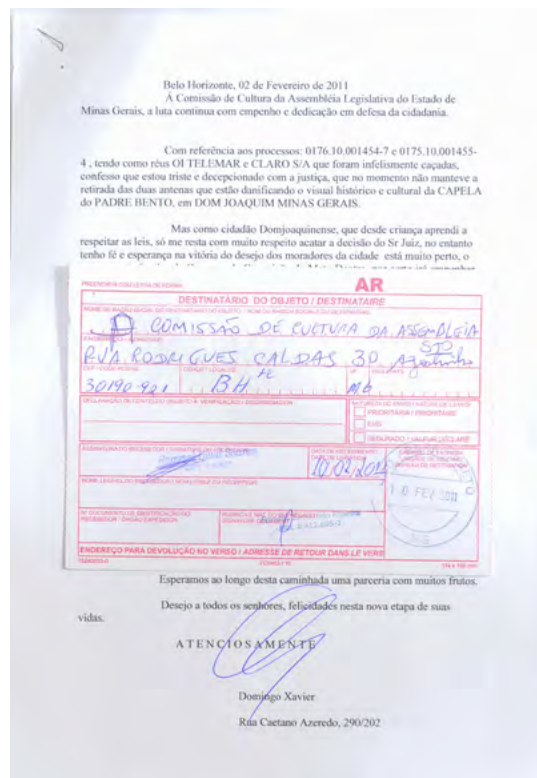
DOMINGOS XAVIER

Apesar de a operadora Claro ter se recusado a responder, a carta publicada no *Estado de Minas* teve repercussão na cidade e o movimento ganhou mais adeptos e força. E, enquanto cidadão, Seu Domingos procurou seus representantes, eleitos nas duas esferas de poder: municipal e estadual.



Para a Câmara Municipal de Dom Joaquim, solicitou uma manifestação favorável à realocação das antenas. No Poder Executivo, à época, acionou o Governador, Aécio Neves, e o vice, Antonio Anastasia. No final de 2008, escreveu: “Como amante da minha terra, tenho uma preocupação com a Claro Celulares. [...] O progresso é bem-vindo, mas precisamos saber se com o seu trabalho na área de comunicação, ela tem compromisso com a preservação dos monumentos históricos por onde passa. [...] Não acredito que o nosso Governador tenha conhecimento desses fatos”.

Seu Domingos recebeu do governo uma carta que continha apenas um agradecimento por sua manifestação. Não desanimou. Para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), endereçou 77 cartas registradas, uma para cada um dos Deputados, relatando em detalhes a necessidade de realocação das antenas e reivindicando o apoio do legislativo. “Temos que acreditar e acionar os políticos que nos representam. Se só reclamamos e ficamos quietos, nada acontece. Usei todos os canais que tinha para manifestar os interesses da nossa cidade”, ensina Xavier.



Passaram-se dias e dias, nada de respostas. Em paralelo, ele articulava o movimento com cartazes, postais e panfletos. “É preciso manter todos engajados, não desistir”, completa Seu Domingos. Os materiais utilizados foram produzidos por ele próprio, amigos e parentes.

Quase um mês depois, uma resposta efetiva chegou. Uma. Das mais de 77 cartas enviadas para os Deputados de Minas, um respondeu. Não veio pelos Correios. Seu Domingos recebeu a ligação da advogada Karla Roque, à época, Assessora-chefe para assuntos jurídicos-legislativos do Deputado Carlin Moura. Ela estava interessada em saber mais informações sobre a demanda da comunidade para a realocação das antenas. “Eu tinha a confiança que a minha reivindicação seria ouvida e bem encaminhada”, conta Xavier. “Era só uma questão de tempo”, acrescenta.

Esse retorno foi decisivo para a articulação política que Seu Domingos conduziu. “Nesse momento, foi dada a largada para o desfecho positivo da nossa luta”, afirma. Após 12 anos, ele conseguiu, vitorioso, a realocação das antenas.







*“O Estado zelará pela preservação dos bens, tomados isoladamente ou em conjunto, que se relacionem com a história, a arquitetura e a arte em Minas Gerais e que sejam representativos da cultura mineira em suas diversas manifestações, contextos e épocas” (MINAS GERAS, 1994, Artigo 5º).*



**ESTA E A CAPELA DO PADRE BENTO EM DOM JOAQUIM-MG,  
QUE ESTÁ SENDO DANIFICADA PELA ANTENA DA OI FIXO**

# O marco do movimento

O movimento para a realocação das antenas entrou na pauta política. Depois de muitas reuniões de Domingos Xavier com a advogada Karla Roque e com o então Deputado Carlin Moura, a ALMG encaminhou ofícios às empresas operadoras de celular Claro e Oi. “Primeiro, foi preciso confirmar se a demanda pela realocação era realmente um desejo coletivo da comunidade e entender os impactos que as antenas causavam naquele patrimônio. Após a apuração, ficou claro que era uma agressão à cultura local”, lembra-se Carlin Moura. Karla Roque, que avaliou em detalhes o movimento e as ações de Domingos Xavier, conta que ele sempre fez uma abordagem firme e respeitosa, usando as instâncias corretas para ter a

sua representatividade. “A Karla, depois que fez uma avaliação, me chamou a atenção para a relevância da demanda daquele cidadão”, completa Moura.

A resposta da Claro ao ofício, enviada em 15 de setembro de 2009, limitou-se a justificar a inviabilidade do investimento financeiro para a realocação das antenas. Sem nenhuma menção à questão do impacto ao patrimônio.

Cumpramos ressaltar que o projeto e a instalação de uma estação rádio-base (ERB) demandam vultuoso investimento pela Claro, não só na construção da antena, mas também na pesquisa de local adequado para o funcionamento da mesma (CLARO, 2009).

E segue, alegando outros motivos:

A realocação dos equipamentos, ainda que possível, geraria enorme transtorno e novos investimentos para a Claro, em virtude da desmobilização de todo o equipamento e da necessidade de novas pesquisas, a fim de que se encontre um lugar adequado, com a mesma viabilidade técnica para a instalação da ERB (CLARO, 2009).

Na resposta, assinada pelo Diretor Regional de Minas Gerais, Ricardo César de Oliveira, a operadora também coloca em questão o risco da realocação.

Lembramos, ainda, que a realocação dos equipamentos poderia prejudicar a qualidade do sinal de telefonia transmitido na cidade de Dom Joaquim (CLARO, 2009).



Carlin Moura: “A carta do Seu Domingos para a Assembleia foi um ato transformador de cidadania”

A ameaça não se concretizou. Desde que foram realocadas as antenas, não houve nenhum impacto na qualidade do sinal de celular no município. E o diretor encerra a carta com a recusa enfática.

Por todo o exposto, servimo-nos da presente para informar que, hoje, a Claro não tem interesse em realocar os seus equipamentos (CLARO, 2009).

“Não me intimidei com as negativas. Isso me deu força para seguir com o movimento para a realocação”, conta Xavier. Também foram enviados ofícios ao Secretário Estadual de Cultura, à época, Paulo Brant, e ao então Presidente do IEPHA/MG, Carlos Roberto Noronha, com o pedido para interceder junto às operadoras, visando à preservação do patrimônio.

Em novembro de 2009, o IEPHA fez uma vistoria na Capela do Padre Bento e encaminhou nota técnica às operadoras, assinada pelo Diretor de Conservação e Restauração, Renato César José de Souza.



Seu Domingos e Dona Marleide

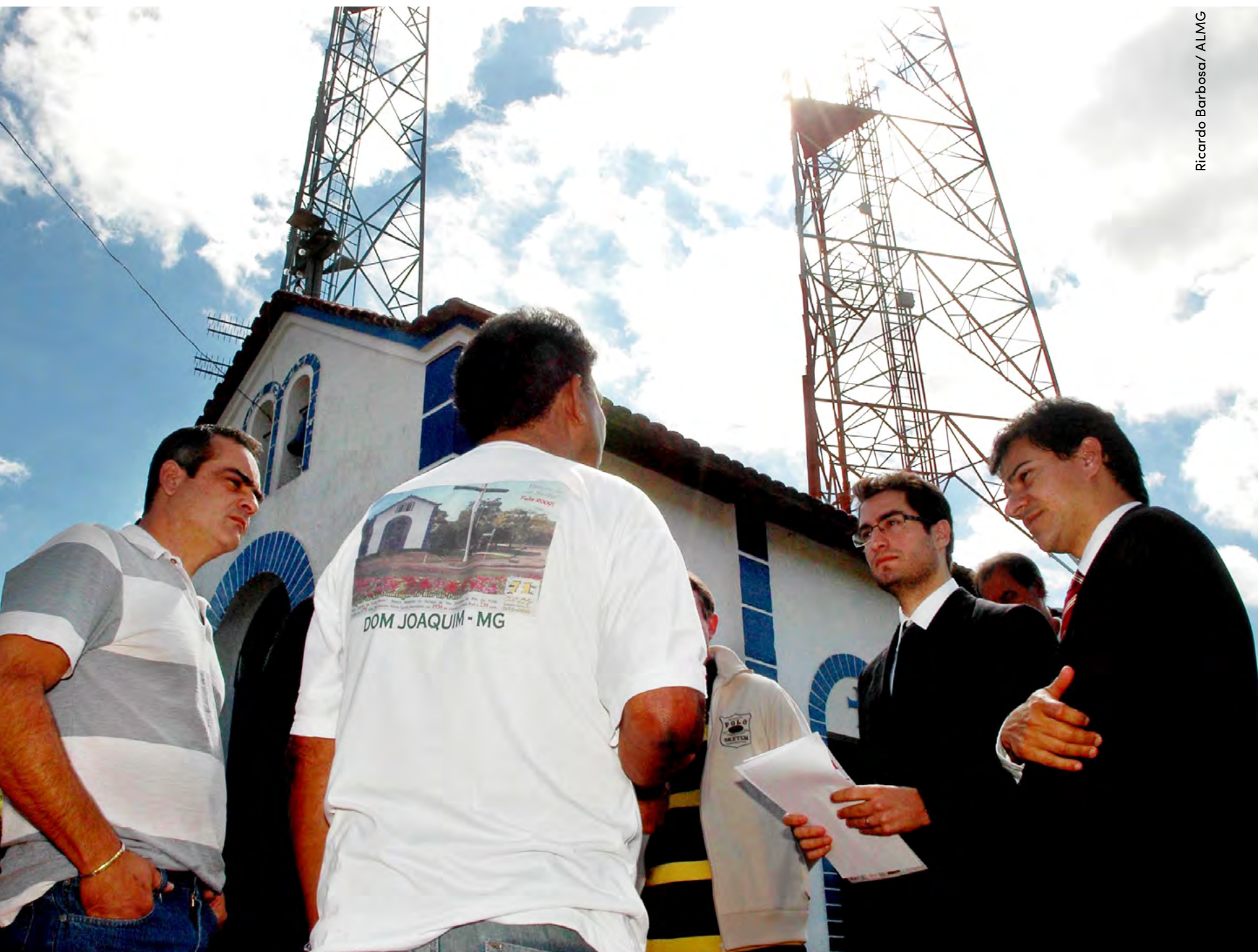
Segundo o IEPHA (2009), as torres instaladas inadequadamente vinham criando um clima de perplexidade e revolta na população da cidade. “O local, além de constituir um símbolo religioso de grande valor sentimental, é uma área de manifestações religiosas e de lazer. O impacto visual é estarrecedor, comprometendo a relação da cidade com o seu entorno natural”. O texto concluiu: “Como a intervenção é comprovadamente agressiva, real e descaracterizante, afirmamos que a negativa para a retirada de todas as torres não deve ser tratada como um fato consumado e definitivo. A transferência dessas torres para outro local é um fato tecnicamente aprovado e possível, devendo ser feita com a máxima urgência”.

A vistoria e elaboração da nota técnica contaram com a participação de Joacir Silva Concelos, Analista de Gestão, Proteção e Restauro, e de Daniele Rossato Silva, da Gerência de Ação Preventiva – ambos do IEPHA. A nota técnica determinava ainda que, após a retirada, deveria ser feita a recomposição da área danificada e o tratamento paisagístico do local.

As operadoras seguiam implacáveis. “Elas se apropriaram de um cartão-postal da nossa cidade”, afirma o professor Benoni. Mas a população não desanimava e mantinha a força rumo à retirada das antenas. Domingos Xavier produzia cartazes, faixas e seguia com o engajamento da sociedade.

**“O local, além de constituir um símbolo religioso de grande valor sentimental, é uma área de manifestações religiosas e de lazer. O impacto visual é estarrecedor, comprometendo a relação da cidade com o seu entorno natural.”**

IEPHA



Ricardo Barbosa/ALMG

Dia do marco do movimento para a mudança do local de instalação das antenas

## Visita histórica

No dia 1º de julho, a Comissão de Cultura da ALMG, com base em requerimento do Deputado Carlin Moura, realizou uma visita a Dom Joaquim, que funcionou como uma audiência pública. Foram convidados os representantes do poder local, o IEPHA, as operadoras, toda a população e o Ministério Público de Conceição do Mato Dentro, por intermédio da Coordenadoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico. “Essa audiência pública foi a pedra fundamental para o início do processo jurídico, que culminaria na retirada das duas antenas. Evidenciou e tornou pública a relevância da preservação patrimonial para aquela população”, lembra a advogada Karla Roque.

Com base nas conclusões, foram definidas três medidas para a preservação do patrimônio:

- 1) A proposta de um acordo por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Em caso negativo, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) iria mover uma ação civil pública.
- 2) A abertura do processo de tombamento do sítio do Morro da Palha pelo IEPHA.
- 3) A elaboração do projeto de lei: política de proteção de bens de interesse cultural face à implantação, instalação e ampliação de antenas transmissoras de telefonia celular, rádio, televisão e equipamentos similares.



Estudantes tiveram participação ativa no movimento

Todos, incluindo Vereadores, Prefeitos, ex-Prefeitos, Secretários, Comerciantes, Empresários e outros importantes representantes da sociedade, de todas as idades e campos de atuação, manifestaram-se, pedindo a retirada. Professores, alunos e pais da EE Cristiano Machado e da EE Cônego Bento Ribeiro organizaram-se, com faixas e camisetas, para protestar em defesa do patrimônio histórico e cultural da cidade. “Foi muito importante que os alunos participassem ativamente do movimento. Foi uma verdadeira aula de cidadania”, afirma o professor Benoni. “Hoje, com o conhecimento sobre patrimônio,

direitos e cidades, a população não deixa mais acontecer uma agressão à nossa cultura”, completa.

Alguns políticos reforçaram a ilegalidade do local da instalação frente ao terreno originalmente doado pela prefeitura. Mesmo diante da manifestação popular pela mudança, os representantes da Claro, Bruno Viana e Leonardo Peres, reafirmaram que não iriam realocar as antenas. Em relação aos questionamentos a respeito da ilegalidade, eles esclareceram que a obra foi realizada por uma construtora terceirizada, como de praxe.

Diante dos impasses e da resposta dos funcionários da operadora, Dr. Luiz Felipe Cheib, então Promotor da Comarca de Conceição do Mato Dentro, argumentou que a Capela do Padre Bento havia sido inventariada para o processo de tombamento pela administração municipal. “Esse fato já seria suficiente para impedir a instalação das antenas que, no entanto, ocorreu sem nem mesmo a autorização do Conselho do Patrimônio do Município. O inventário poderia ser considerado um acautelamento do patrimônio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 216 da Constituição Federal”, explicou, à época.

Durante a visita, o Promotor Dr. Cheib informou que iria propor um acordo para a realocação, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta. Aguardaria, ainda, a manifestação da operadora Oi. No entanto, alertou que, se não houvesse acordo, moveria uma ação civil pública contra as empresas. A Comissão de Cultura da ALMG constatou que a instalação das antenas nos morros adjacentes era perfeitamente possível, e que a empresa responsável pela obra agiu indevidamente. Diante disso, tomaria as providências cabíveis

para a preservação do patrimônio. O IEPHA, por sua vez, anunciou a abertura do processo de tombamento do sítio do Morro da Palha. “Foi um dia de vitórias, grandes vitórias”, lembra-se Domingos Xavier.

“Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 1988).

## CONHEÇA A COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL E TURÍSTICO DE MINAS GERAIS (CPPC)

O Estado de Minas Gerais é referência na preservação do patrimônio cultural. Segundo a CPPC, o estado tem a maior quantidade de bens culturais protegidos e de cidades turísticas reconhecidas pela Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur). Além disso, quatro sítios históricos de Minas Gerais são considerados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como Patrimônio Cultural da Humanidade: a Cidade Histórica de Ouro Preto; o Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas; o Centro Histórico da Cidade de Diamantina; e o Conjunto Moderno da Pampulha, em Belo Horizonte.

Diante dessa dimensão e valorização da cultura, em cada município do estado, um Promotor de Justiça atua como curador dos interesses difusos, sendo responsável pela tutela do patrimônio cultural e natural e dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

O trabalho do Ministério Público pode ser tanto de prevenção quanto punitivo. É dever buscar a preservação dos bens culturais materiais e imateriais, mantendo viva a história do estado.

Com o objetivo precípua de articular as medidas judiciais e extrajudiciais necessárias à efetiva proteção dos bens portadores de valor cultural e turístico, localizados em Minas Gerais, foi criada a Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais.







*“O patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória, e à identidade. A preservação do patrimônio cultural significa, principalmente, cuidar dos bens aos quais esses valores estão associados, ou seja, cuidar dos bens representativos da história e da cultura de um lugar ou de um grupo social” (IPHAN).*



# Cultura: um ato de cidadania

Com as esperanças renovadas, após tamanha mobilização da população, dos poderes municipais e estaduais, dos órgãos reguladores e da justiça, por meio do Ministério Público, Domingos Francisco Xavier estava mais otimista do que nunca. “Tinha certeza de que teríamos a nossa Igrejinha de volta, a nossa fé, a nossa cultura e a nossa identidade como cidadão de Dom Joaquim”. Afinal, como compara a Secretária Municipal de Educação de Dom Joaquim, Andréia da Silva Ferreira Resende, “a Capelinha está para o dom-joaquinense assim como o Cristo está para o Rio de Janeiro”. E tem mais: “Por se tratar de um símbolo muito nosso, da nossa rotina e dos nossos afetos, é como se tivessem mexido com um filho



nosso. É uma questão afetiva”, acrescenta o jovem comerciante Fábio de Pinho Rabelo, de 29 anos, que nunca morou em Dom Joaquim. “Mas passei a vida lá”, explica. Neto e filho dos dom-joaquinenses Andréa Rabelo e João Batista Rabelo, Fabinho, como é conhecido na cidade, durante toda a infância, contava, com empolgação, os dias para a chegada das férias. “Partia de Belo Horizonte, onde sempre morei, para ficar três meses seguidos em Dom Joaquim”, lembra-se com alegria. “A criança andava sozinha para todos os lados; a paisagem da Igreja, no morro, era a nossa referência”.

E, assim, seguiu; porém, com os compromissos da vida adulta, as idas à cidade da família foram reduzidas, mas o afeto sempre se manteve. Tanto que Fabinho e a turma de amigos e primos, com fortes vínculos familiares com a cidade, resolveram fazer uma homenagem com uma tatuagem igual para todos. E qual foi a imagem escolhida? Sim. Acreditem!!! No dia 19 de setembro de 2019, cerca de 10 integrantes da turma, que conta com 30 filhos e netos de cidadãos de Dom Joaquim, tatuaram, na parte externa do braço, a cena da Capela do Padre Bento no



Morro da Palha. “Essa é a representação da cidade e a nossa representação também”, explica.

A identidade é tão forte, conforme conta Fabinho: “não raro, eu e meus amigos somos identificados por meio de questionamentos como: ‘Você é de Dom Joaquim? Essa tatuagem é daquela Capelinha de Dom Joaquim? Olha, você conhece Dom Joaquim? Lá tem uma Capelinha igual à sua tatuagem?’. Essa pergunta é uma alegria para a gente”.

Com quase uma década de idade a mais, Fernanda Ferreira Salvador, que atualmente ocupa o cargo de Secretária Municipal de Turismo de Dom Joaquim, tem boas lembranças dos encontros de jovens em volta da Igreja. “Era um programa da turma da minha juventude ir à frente da Capelinha, tocar violão e apreciar a cidade. Ficávamos horas por lá”.

O programa de lazer em torno da Capelinha é uma tradição que passa de geração em geração. No auge dos seus 86 anos, Petrina Gonçalves Ribeiro, a querida Dona Petrina, também tem ótimas memórias no Morro da Palha: “Subia com as crianças [ela teve sete filhos], podia ser num domingo, para ficar lá brincando, cantando, contando histórias. Tinha dia que ficava por lá até 01 h da manhã”, conta com emoção. Pelas madrugadas, as histórias tinham seus encantos e lendas. “Havia uma luzinha que sempre aparecia no morro, do lado da Capelinha, e ninguém sabia de onde vinha”. As lembranças afetivas espalham-se por toda a família: “A Capela do Padre Bento é uma alegria para a cidade. As antenas não combinam com nada do que fazemos no morro. Nem com a

Dona Petrina: a história da Capela faz parte da história familiar

decoreção ou as barraquinhas do festejo”, disse Neusa Maria dos Santos, filha da Dona Petrina.

A moçada que anda com o Fabinho tem um ritual: “Depois de todas as festas, subimos para Capelinha e, por lá, ficamos para ver o sol nascer”. E a criançada gosta mesmo de curtir o local, durante o dia, e soltar papagaio nas manhãs de bons ventos.

Turma do Fabinho: a identidade cultural da comunidade de Dom Joaquim estampada nos braços dos jovens





## Atos de fé

A cena paisagística, que foi invadida pelas antenas de transmissão, abriga bem mais do que os lazeres pessoais de diversos estilos de cerca de 4.500 moradores. Ali também ocorrem importantes celebrações coletivas. Na Capela do Padre Bento, no Morro da Palha, são realizados os principais festejos religiosos de Dom Joaquim. “Já perdi a conta de quantas vezes fui a festeira na exaltação da Santa Cruz”, orgulha-se Dona Petrina. A grande família, de filhos, netos e bisnetos, encarrega-se dos preparativos, da decoração da rua que desce do morro até a cidade e das comidas típicas para as barracas. Ainda contam com o festejo do padroeiro, São Domingos, repleto de com diversas manifestações culturais. Acaso ou destino, o protetor religioso de Dom Joaquim é homônimo do líder do movimento para a retirada das antenas.

Todos esses exemplos de vivências em torno da Capela do Padre Bento fazem parte da identidade cultural do povo dom-joaquinense. É a partir dessas experiências sociais, na comunidade, que surge o sentimento de pertencimento. Em Dom Joaquim, esse pertencimento pode ser materializado na paisagem da Capela do Padre Bento. É a



Da esquerda para a direita: Maria Lucia Lima (Dona Lucinha); Maria Amélia Souza, Auxiliar de manutenção e limpeza da Capela; Cândida da Silva Dutra, Coordenadora Pedagógica

sensação de pertencer, afetuosamente, à cidade. Não é qualquer cidade. É aquela com a Capelinha do Padre Bento, no Morro da Palha. É aquela onde a paisagem da Igrejinha, no morro, pode ser vista de qualquer lugar. É aquela que tem um mirante. É aquela em que a Capelinha guarda os restos mortais do Padre Bento, que viveu na cidade por mais de 40 anos.

É aquele sentimento que o Fabinho contou que tem quando alguém identifica a Capelinha de Dom Joaquim na tatuagem da sua turma de primos e amigos. Essa vivência faz parte da história do povo, e de cada um, de maneira específica. Assim, valorizar a história é valorizar o povo que se constituiu por meio dela. E é um exercício de cidadania. Afinal:

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais (BRASIL, 1988).

Na cultura identitária, os indivíduos compartilham, por meio de vivências, seus patrimônios materiais e imateriais. A

instalação das antenas de celular no Morro da Palha, ao lado da Capela do Padre Bento, agride o patrimônio material, ou seja, a Igreja, em processo de tombamento histórico, e o patrimônio imaterial: os festejos, os saberes e o lazer compartilhado naquele espaço.

A filósofa espanhola Adela Cortina, estudiosa do patrimônio cultural, ensina-nos a analisar e nomear esse movimento de cidadania que tomou conta da pequena Dom Joaquim:

[...] a civilidade não nasce nem se desenvolve se não se produz uma sintonia entre os dois atores sociais que entram em jogo, entre a sociedade correspondente e cada um de seus membros. Por isso, a sociedade deve organizar-se de modo a conseguir gerar em cada um de seus membros o sentimento de que pertence a ela, de que essa sociedade se preocupa com ele e, em consequência, a convicção de que vale a pena trabalhar para mantê-la e melhorá-la. Reconhecimento da sociedade por seus membros e consequente adesão por parte destes aos projetos comuns são duas faces da mesma moeda que, ao menos como pretensão, compõem esse conceito de cidadania que constitui a razão de ser da civilidade (CORTINA).

A liderança de Domingos Xavier mobilizou a população a exercer os seus direitos, garantidos pelo Estado, para preservar o patrimônio da cidade. A luta, porém, ainda estava longe de chegar ao fim. “Eu nunca pensei em desistir, sabia que uma hora aquelas antenas iriam ser retiradas da nossa Capelinha”, enfatiza Xavier. A capacidade de resiliência foi uma grande aliada do movimento em defesa do patrimônio.

**“É muito importante, para mim, poder olhar a Capelinha do Cruzeiro, Padre Bento. Se eu aguentasse, cuidaria dela até hoje, seria o meu grande prazer. Amo a Capelinha. A Capelinha do Padre Bento me traz lembranças muito boas. Eu olho para lá e vejo a minha história, lá tem meu trabalho. Padre Bento fez o meu casamento, batizou o meu primeiro filho. Me lembro da construção da Capelinha, que foi na base da doação. O padre pediu a doação das telhas e foram todas doadas. Os moradores subiram com as telhas em procissão. Eu sempre estava lá ajudando.”**

MARIA DE ASSIS SANTOS



Maria de Assis Santos,  
ex-zeladora da Capelinha





Marchinha da Solidariedade  
Tira Antenas da Capela do Padre Bento

Composição: Eulerson Rodrigues (2012)

*Quero saber quem é a "Peça Rara"  
Que está fazendo hora com a minha cara  
Eu tô que tô que não me aguento*

*Tira as antenas daqui, tira as antenas  
Tira as antenas que eu quero rezar  
Eu tô que tô que não me aguento  
Acabaram com a Capela do Padre Bento*

*As minhas preces já não chegam mais  
Os meus santos não me respondem mais  
Também pudera! Com tanta interferência  
Não há reza, não há prece, não há fé que aconteça*

*Tira as antenas daqui, tira as antenas  
Tira as antenas que eu quero rezar  
Eu tô que tô que não me aguento  
Acabaram com a Capela do Padre Bento*



# Sem acordo: a resistência não se abala

As operadoras de telefonia celular esquivaram-se de assinar o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), proposto pelo então Promotor de Justiça da Comarca de Conceição do Mato Dentro, Dr. Luiz Felipe Cheib. Durante uma reunião, na sede da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais MPMG formalizou a proposta de acordo para a

realocação das antenas para os representantes legais das empresas. As operadoras pediram um prazo de 15 dias para analisar o TAC, o que foi prontamente acatado. “O Ministério Público sempre busca a solução de litígios por meio do consenso”, afirma o Promotor de Justiça Marcelo Azevedo Maffra, que é atualmente o Coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais.

Mas a opção das companhias foi ignorar os apelos da sociedade para a realocação das antenas. “É inadmissível que uma empresa do porte da Claro chegue numa cidade pequena com uma postura tão arrogante, ignorando os desejos dos moradores”, analisa Domingos Xavier. Muitos se lembram dos imbróglios em torno do descompasso entre o local autorizado pela prefeitura para a doação e a efetivação da instalação das antenas no Morro da Palha. “Estava claro que a cidade – o cliente – não queria as antenas ali e isso deveria ter sido suficiente para a retirada”, acredita a Secretária Fernanda Ferreira Salvador.

Na ata da referida reunião, consta: “As empresas saem cientes de que a não manifestação no prazo estipulado importará na recusa da celebração do acordo e adoção das medidas judiciais cabíveis”. Ou seja, se elas não retornassem, dentro dos 15 dias, estaria entendido que não teria acordo e, como consequência, o caso iria para a justiça.

Em uma tentativa de postergar, sem justificativa, o prazo determinado, as empresas pediam mais e mais tempo

para responder. Diante da demora e des- caso, só restava ao MPMG entrar com uma Ação Civil Pública (ACP) em Defesa do Patrimônio Cultural da Cidade de Dom Joaquim – o que foi feito no dia 20 de setembro de 2010 –, subscrita pelo Promotor Dr. Luiz Felipe Cheib.

Diante da demanda urgente da população para resgatar seu patrimônio, a ACP pediu a tutela antecipada. Dessa forma, as antenas deveriam ser retiradas em até 120 dias, antes da conclusão da tramitação do processo. A ideia era garantir agilidade e evitar ficarem sujeitos aos prazos judiciais – imprevisíveis –, fato que prolongaria “o impacto visual estarrecedor, que compromete a relação da população com a cidade”, conforme descreve a nota técnica (IEPHA, 2009), apresentada no Capítulo 3.

Enquanto o Ministério Público cuidava das questões judiciais, Domingos Xavier seguia firme com o engajamento da comunidade. O caso foi parar na TV Globo Minas. A equipe de reportagem, assim como o MPMG, não conseguiu uma resposta objetiva das operadoras.



## Concedida a liminar

No dia 28 de setembro de 2010, o Juiz Taunier Cristian Malheiros Lima, da Comarca de Conceição do Mato Dentro, concede liminar, determinando a retirada das antenas. “Havia uma diretriz normativa e provas claras”, afirma o Juiz. A sentença foi o marco da vitória da população de Dom Joaquim, embora a completa retirada das antenas somente tenha ocorrido após 10 anos (a primeira, em 2014 e a última, em 2020, no período da pandemia) da decisão favorável à preservação do patrimônio, e 12 anos depois do começo do movimento para a realocação das estruturas metálicas. Essa sentença respaldou os indeferimentos aos pedidos de recurso, requeridos pelas operadoras de celular.

A partir da decisão favorável à realocação, sem prejuízo do serviço de telefonia celular na cidade, as operadoras deram largada a uma guerra de narrativas judiciais, que avançou até o Superior Tribunal de Justiça (STJ) que, em janeiro de 2019, determinou a retirada em definitivo da última antena. Até então, as empresas recorreram reiteradamente das decisões que determinavam a retirada das antenas do Morro da Palha. O STJ é a corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil. É de sua responsabilidade a solução definitiva dos casos civis e criminais que não envolvam matéria constitucional nem a justiça especializada.

“Já estava evidente desde o começo”, completa o Juiz Taunier, “que era possível conciliar a qualidade da telefonia sem agredir o patrimônio cultural da cidade”. E, assim, foi feito. As operadoras mudaram as antenas de local e os celulares seguem funcionando perfeitamente. A retirada da última antena (Claro) só foi realizada no histórico dia 5 de novembro de 2020. E, no lugar de duas antenas, Claro e Oi, segundo a população, passaram a compartilhar a transmissão com apenas uma estrutura metálica.

“Por que não realocaram logo? O que gastaram com os melhores escritórios de advocacia do país, acredito, era suficiente para pagar a mudança da estrutura”, indaga Domingos Xavier. A questão faz coro com o pensamento de outros moradores e autoridades da cidade. “É difícil explicar por que não quiseram ouvir a população durante tanto tempo”, reforça o atual Prefeito de Dom Joaquim, Geraldo Adilson Gonçalves, o Dilsinho. A principal hipótese é de que as gigantes multinacionais querem mostrar o seu poder, a sua soberba e superioridade. Ou seja, a identidade corporativa é mais relevante do que

a identidade cultural de toda uma cidade. Com várias antenas espalhadas pelos rincões do país, a população suspeitava de que as empresas, com a aceitação da mudança do local das antenas, temiam abrir precedentes. Por exemplo: se essa agressão ao patrimônio acontecerem em outros lugares, a população desses locais poderá se inspirar e também exigir a retirada, o que de fato ocorreu em Matias Cardoso/MG.

Hipóteses à parte, a comunidade de Dom Joaquim ficou em animado compasso de espera para o grande dia da remoção das antenas. “Foi a combinação de forças dos Promotores, dos Vereadores, dos Deputados, dos Prefeitos, dos alunos, dos professores, dos pais, dos secretários, dos padres, dos jovens, dos comerciantes, das donas de casa, dos radialistas, dos jornalistas e dos escritores que fez a gente sair vitorioso. Se faltasse qualquer um desses participantes, o movimento não teria dado certo”, acredita Xavier. Todos os envolvidos foram homenageados com uma placa comemorativa.

Em 2012, o animado carnaval de Dom Joaquim teve um bloco especial,

com marchinha exclusiva e tudo mais. *Tira Antenas da Capela do Padre Bento* virou o *hit* da folia. Faixas, cartazes, postais, cartões de visita e outros recursos eram constantemente distribuídos. Eulerson Rodrigues, o compositor da marchinha, nunca tinha feito uma música com um propósito ou causa. “Ter esse papel social foi muito interessante”, conta. “O Seu Domingos abriu os olhos da cidade para lutar pelos seus direitos, agitou todo mundo. Aquele lugar tem muitas e muitas histórias, e não poderia ser invadido dessa forma”, afirma Simone de Almeida Campos Figueiredo, dona da Pousada Gaia.



Arquivo pessoal /Domingos Xavier

Luta alegre e forte - carnaval em Dom Joaquim



## Derrotas e o desfecho da vitória

“Cada vez que as operadoras entravam com um novo recurso na justiça e perdiam, a gente se fortalecia e comemorava”, lembra-se Domingos Xavier. Nesses 12 longos anos, houve, ainda, manifestações religiosas, com grupos de rezas em volta da Capela e encontros de oração. “Nunca perdemos a fé em resgatar a nossa Capela”, disse Dona Lucinha.

A imprensa permanecia acompanhado o caso. Em 2012, a Globo Minas fez mais uma reportagem com críticas às operadoras que, até então, seguiam recorrendo das decisões judiciais favoráveis à retirada. Segundo a jornalista Renata do Carmo, a Oi informou que não pretendia retirar a antena do local. A Claro, que não iria se manifestar sobre o assunto e que aguardaria o fim do processo judicial. Os apresentadores do jornal MGTV, à época, Artur Almeida e Isabela Scalabrini, parabenizaram Domingos Xavier pelo ato de cidadania em defesa do patrimônio.

**“Nunca perdemos a fé em resgatar a nossa Capela.”**

DONA LUCINHA

# Legado relevante

A vitória do Seu Domingos virou uma inspiração para a consciência de cidadania, uma fundamentação para pesquisa acadêmica e uma referência para a preservação de outras cidades mineiras.



Reprodução

Reportagem sobre Matias Cardoso, cidade que obteve parecer judicial favorável para a remoção de antenas de telefonia

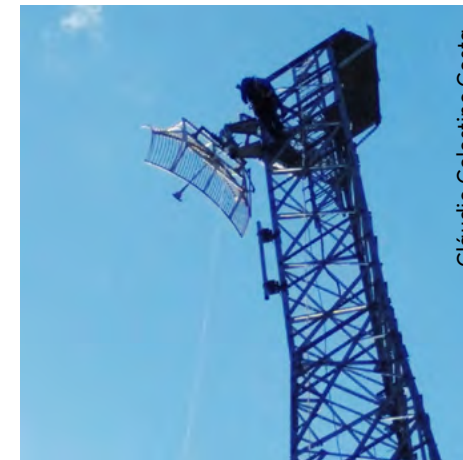


Reprodução

Artigo sobre o caso, publicado em renomado periódico jurídico



Cláudio Celestino Costa



Cláudio Celestino Costa



Cláudio Celestino Costa

# O grande dia

Era mais um dia que começava calmo, com céu praticamente sem nuvens, na tranquila Dom Joaquim, quando o engenheiro Cláudio Celestino Costa estava saindo de sua fazenda rumo ao centro da cidade. No caminho, ele observou uma movimentação diferente de caminhões. Foi apurar. “Confesso que quando saí para entender o que era já tinha uma suspeita”, lembra-se Celestino. Ele conversou com um dos motoristas e confirmou. No dia 05 de novembro de 2020, profissionais desembarcaram na cidade para fazer a retirada da última antena. Eles iriam, enfim, liberar a Capela do Padre Bento daquela cena metálica. “Peguei o celular para avisar o Seu Domingos”, acrescenta Celestino.

Em casa, em Belo Horizonte, emocionado, Seu Domingos Xavier acompanhou, ao lado de sua parceira amada Marleide, a retirada das gigantes metálicas. “Foi uma alegria imensa. Salvamos nossa Igrejinha, nossa Capelinha do Padre Bento”, comemora. E, é claro, houve celebração no melhor estilo alegre, como ele gosta. Teve mais uma marchinha de carnaval. Dessa vez, com o tema da vitória.

# Legado cidadão



A luta foi longa, mas a lista de vitórias nesse período, também. “Esse movimento deixou um legado de cidadania para a cidade”, afirma a Secretária Fernanda Ferreira Salvador. “A chegada do celular era um luxo, um símbolo do progresso, nem se pensava que seria possível questionar as condições desse serviço e, muito menos, seus impactos na paisagem da cidade”, completa.

Dentre as principais conquistas paralelas alcançadas pelo movimento para a realocação das antenas está, sem dúvida, a conclusão do processo de tombamento do sítio do Morro da Palha, onde fica a Capela do Padre Bento. “Temos, agora, a garantia da preservação do patrimônio. Temos que seguir as regras do Conselho do Patrimônio”, explica Fernanda.

A opinião sobre a importância do legado do movimento é compartilhada pela atual Secretária Municipal da Fazenda de Dom Joaquim, Flávia Elaíse Salvador. “É possível aprender com as experiências dos

outros. Nessa gestão, estudamos exaustivamente todos os trâmites de prestadores de serviços e empresas que chegam à prefeitura. Não autorizamos um alvará sem uma análise de impactos. Sempre nos lembramos dessa história das antenas”, afirma. O ex-Prefeito Romani Thomaz Frois conta que aprendeu muitas lições. “A administração ficou bem mais criteriosa com os processos de licenciamento”.

“Eu gosto e entendo a importância de cuidar do patrimônio. Aqui na casa paroquial, seguimos à risca as regras para manter a arquitetura bem cuidada”, conta o padre Mário Gomes dos Santos. “Eu não estava aqui, cheguei recente, mas o movimento me inspira a cuidar bem da cidade”, completa o pároco.

Para o professor Benoni de Assis Santos, a vivência do movimento para retirada das antenas do Morro da Palha foi um ótimo aprendizado para saber lidar com a mineração. “Logo depois, a mineradora Anglo American chegou por aqui. E já



sabíamos que não precisamos aceitar tudo, que podemos e devemos questionar”.

“A mobilização realizada pelo Seu Domingos serve mesmo de inspiração para outros movimentos de participação popular e cidadania. Até mesmo para a implantação de projetos de lei por meio da iniciativa popular”, avalia o Juiz Taunier de Lima.

O Engenheiro Cláudio Celestino Costa, que acompanhou, ativamente, Seu Domingos no movimento, foi um dos que não largou mais a atuação social. Em seguida, começou a atuar na preservação ambiental, com o projeto do Papagaio do Peito Roxo, nativo da região. Afinal, a identidade cultural reforça o vínculo e o pertencimento dos cidadãos com a cidade.

A comerciante Dirlene do Porto Ribeiro Teixeira engrossa a lista dos moradores que saíram fortalecidos com a vitória. “Até a autoestima da gente melhorou. Quando desrespeitam o nosso espaço, a gente se sente muito sem importância”, explica. “Eles não imaginavam com quem estavam mexendo”, acrescenta o Fabinho, Fábio de Pinho Rabelo.

O desfecho do movimento liderado por Domingos Xavier também serviu de referência na esfera jurídica. O caso foi tema de estudo e artigo publicado, em 2020, na renomada *Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico*. A argumentação jurídica do Promotor Dr. Luiz Felipe Cheib, na sentença inicial, foi destacada como decisiva para a defesa patrimonial cultural e ambiental.

E para a tristeza das operadoras de telefonia celular, outras cidades também conseguiram, a partir do precedente de Dom Joaquim, sentenças judiciais favoráveis para a retirada de antenas que agrediam seus patrimônios históricos e culturais. Diante dos graves atos contra o bem material e cultural, praticados nas sedes dos Três Poderes, em Brasília/DF, no dia 8 de janeiro de 2023, nos vimos provocadas a reforçar a importância da defesa permanente dos nossos bens culturais que, independente do seu valor ou onde estão instalados, são componentes da identidade de toda nação.

Fernanda Ferreira Salvador,  
Secretária Municipal de Turismo e Cultura



Flávia Elaíse Salvador, Secretária  
Municipal da Fazenda de Dom Joaquim



Engenheiro Cláudio Celestino



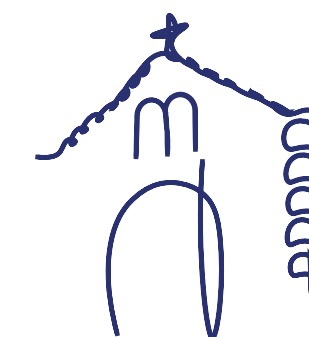
Professor Benoni de Assis



Da esquerda para a direita: Geraldo Adilson Gonçalves (Dilsinho), Prefeito; Romani Thomaz Frois, Ex- prefeito; Marcelo Azevedo Maffra, Promotor; Mário Gomes dos Santos, Padre

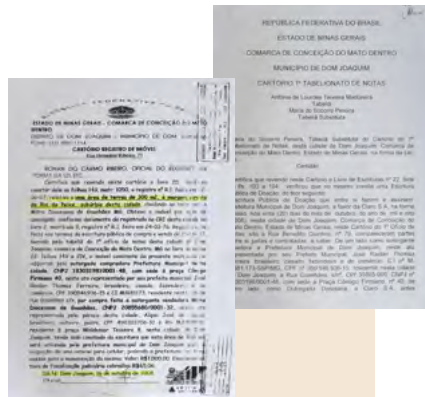
#### AÇÃO CIVIL PÚBLICA

“Trata-se do mais importante instrumento de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, quando há a necessidade de se acionar o Poder Judiciário. A ação civil pública, regulamentada pela Lei n.º. 7.347/85, poderá ter por objeto evitar o dano ao patrimônio (ex: evitar a expedição de alvará para demolição de um casarão histórico), repará-lo (ex: restaurar uma igreja colonial em estado de abandono) ou buscar a indenização pelo dano causado, sendo viável a pretensão de condenação em dinheiro (ex: quando não for possível tecnicamente a recuperação de um bem cultural mutilado), do cumprimento de obrigação de fazer (ex: efetuar reparos emergenciais em bem tombado) ou não fazer (ex: não instalar empreendimento minerador nas imediações de um sítio arqueológico), além da declaração de situação jurídica (ex: reconhecimento do valor cultural de determinado bem)” (ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA CULTURA DE OURO BRANCO, 2007, p. 14)..

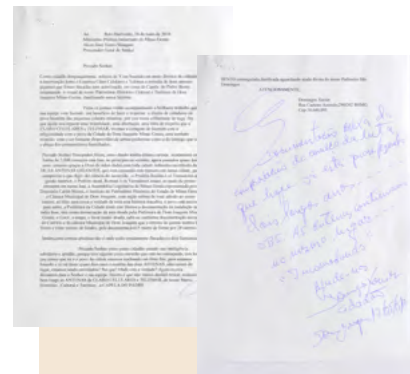


# A trajetória vitoriosa da

# mobilização popular



Tramitação para instalação das antenas



Cartas enviadas para os Deputados e Governadores



Visita da ALMG em Dom Joaquim. Nota Técnica do IEPHA



Proposta do TAC



Movimentos na cidade



2007

2008

2009

2010

2012

2013 a 2019

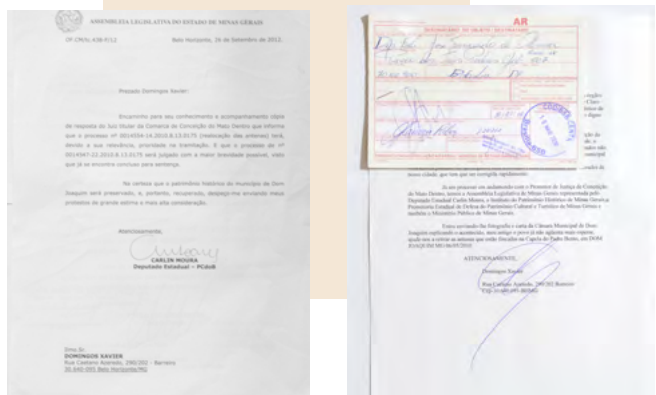
2019

2020

Domingos Francisco Xavier começa o movimento



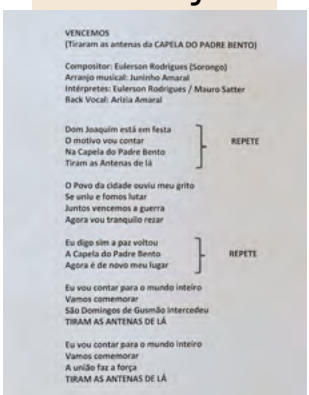
Ação Civil Pública



Operadoras perdem dois recursos



Sentença favorável do STJ



Retirada das antenas



VENCEMOS, TIRARAM AS ANTENAS  
DA CAPELA DO PADRE BENTO

*Composição: Eulerson Rodrigues (2023)*

*Dom Joaquim está em festa,  
o motivo vou contar,  
na Capela do Padre Bento,  
tiraram as antenas de lá.*

*O povo da cidade ouviu meu grito,  
se uniu e fomos lutar,  
juntos vencemos a guerra,  
agora eu vou tranquilo rezar.*

*Eu digo sim, a paz voltou,  
a Capela do Padre Bento,  
agora é de novo o meu lugar.*

*Eu vou contar pro mundo inteiro,  
vamos comemorar,  
São Domingos de Gusmão intercedeu,  
tiraram as antenas de lá.*

*Eu vou contar pro mundo inteiro,  
vamos comemorar,  
a união faz a força,  
tiraram as antenas de lá, tiraram as  
antenas de lá, tiraram as antenas de lá.*

Segunda Marchinha, composta em  
2023, em comemoração à conquista  
da retirada das antenas da Capela  
do Padre Bento em Dom Joaquim



# Referências

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte/MG. Divulgação. Disponível em: <https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/381/271381.jpg> Acesso em: 17 ago. 2022.

ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA CULTURA DE OURO BRANCO. *O papel do Ministério Público na defesa do patrimônio cultural*. 2007. Disponível em: <https://urbanismo.mppr.mp.br>. Acesso em: 17 ago. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

CLARO. [Carta]. Destinatário: Domingos Xavier. Belo Horizonte, 15 set. 2009.

FREITAS, Marcelo de Brito Albuquerque Pontes. Mário de Andrade e Aloísio Magalhães: dois personagens e a questão do patrimônio cultural brasileiro. *Revista do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP*, São Paulo, v. 7, p. 71-93, 1997.

GRUPO GLOBO. Rio de Janeiro/RJ. Portal de notícias. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/>. Acesso em: 17 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro/RJ. Portal de informações geográficas e estatísticas do Brasil. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/dom-joaquim/historico>. Acesso em: 17 ago. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO. [Nota técnica]. Destinatários: Claro e Oi. Belo Horizonte, nov. 2009.

MINAS GERAIS. Lei no 11.726 de 30 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a política cultural do Estado de Minas Gerais. Minas Gerais, Belo Horizonte, 31 dez. 1994. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/11726/1994/?cons=1>. Acesso em: 13 fev. 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/areas-de-atuacao/cidades-e-meio-ambiente/patrimonio-cultural>. Acesso em: 17 ago. 2022.

OLIVEIRA, Cristiano. O inventário como instrumento de proteção ao patrimônio histórico e cultural: ensaio para uma compreensão constitucionalmente adequada a partir do caso da Capela do Padre Bento, em Dom Joaquim/MG. *Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico*. São Paulo: Ed. Lex, 2020.

RABELO, Dirceu Thomaz. *Festa no Dom Joaquim antigo*. Blog do Dirceu Rabelo. 07 de março de 2012. Disponível em: <https://dirceurabelo.wordpress.com/2012/03/07/festa-no-dom-joaquim-antigo/>. Acesso: 17 ago. 2022.

RABELO, Dirceu Thomaz. *Festa do Padroeiro de Dom Joaquim*. Blog do Dirceu Rabelo. 06 de julho de 2010. Disponível em: <https://dirceurabelo.wordpress.com/2012/03/07/festa-no-dom-joaquim-antigo/>. Acesso: 17 ago. 2022.



IDE  
NTI  
DADE

Capela

R E S G A T E

História

CIDADANIA

Uma igreja

HUMANIDADE

Memória

Realização:

 Compreender  
consultoria em responsabilidade social



ISBN 978-65-5872-446-9



9 786558 724469